

■ **Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões**

INTENÇÃO DE RECURSO:

Prezado Pregoeiro! A Sucesso Com e Serv. declara intenção de recurso contra a habilitação da LICITAPREMIUM SERVICOS E COMERCIO LTDA, CNPJ/CPF: 07.147.983/0001-32, para o It 10 pois contém vícios insanáveis em seus docs. habilitatórios. Balanço/Indices não possui assinatura do responsável, contrariando a Lei das Licitações. Maiores detalhes na peça editalícia. Pedimos deferimento. att

Voltar

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ/PA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº02/2022

PROCESSO: Nº 2021/1237168

OBJETO: aquisição de materiais de proteção individual (protetor solar corpo e rosto, protetor solar labial, apito, saco estanque e óculos) e logístico (garrafão de 05 l e 12 l, caixa térmica 70 l, capa impermeável para ht, maca, ombrelone, tenda, lona para tenda e base para ombrelone), para atender as necessidades do CBMPA.

SUCESSO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 44.417.768/0001-30, com sede na Rua Mantenópolis, 1231 - Guriri Sul - CEP: 29945-620 - São Mateus - ES, neste ato representada pela Sra. ROSILANE DA CONSOLAÇÃO ASSIS MORAIS, portadora da carteira de identidade nº MG4822630, expedida pela SSPMG, devidamente inscrito no CPF sob o nº 545.731.226-72, vem, tempestivamente, com o devido acata a presença de Vossa Senhoria para apresentar suas RAZÕES DE RECURSO, pelos fatos e fundamentos a seguir demonstrados:

I – DA ADMISSIBILIDADE E DA TEMPESTIVIDADE:

A empresa ora Recorrente apresentou intenção de recurso tempestivamente, motivo pelo qual foi concedido por este D. Pregoeiro o prazo para apresentação das razões de recurso até o dia 09 de maio de 2022 às 23:59.

II – DAS RAZÕES

O Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Pará, tornou pública a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico através do Edital 02/2022, com critério de julgamento menor preço por item, objetivando a aquisição de materiais de proteção individual (protetor solar corpo e rosto, protetor solar labial, apito, saco estanque e óculos) e logístico (garrafão de 05 l e 12 l, caixa térmica 70 l, capa impermeável para ht, maca, ombrelone, tenda, lona para tenda e base para ombrelone), para atender as necessidades do CBMPA.

A sessão teve seu início às 09:30h do dia 25 de abril de 2022, sendo disputados 14 (quatorze) itens, logrando a Recorrente vencedora do item 11, sendo que neste recurso trataremos do item 10, qual seja:

PROTECTOR LABIAL: Com aroma suave, sem brilho, com hidratação anti ressecamento, hipoalergênico, especialmente desenvolvido para proteger e cuidar da saúde dos lábios, evitando o ressecamento causado pelo sol, devendo ser de fácil aplicação, protegendo os lábios dos efeitos nocivos das radiações UV-A e UV-B, foto protetor FPS 50. Deverá possuir registro junto ao Ministério de Saúde, sendo envasado em bastão com no mínimo 4,5g ou em roll-on com no mínimo 15ml.

Embora existam todos os requisitos para habilitação dos fornecedores no pregão eletrônico, restou declarado como vencedora do item em apreço a empresa LICITAPREMIUM SERVICOS E COMERCIO LTDA, CNPJ/CPF: 07.147.983/0001-32 pelo melhor lance de R\$ 20.000,0000 e com valor negociado a R\$ 19.980,0000.

No entanto, em simples análise aos documentos habilitatórios da empresa, constatou-se que a mesma não apresentou os documentos em conformidade com o exigido no Edital. Veja-se:

“9.16.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;”

Neste sentido, também trata o art. 31 da Lei 8.666/93, conforme demonstrado a seguir:

“Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;”

Sendo assim, para que o balanço patrimonial esteja de fato na forma da lei, deve cumprir os seguintes requisitos:

- Balanço patrimonial do último exercício social;
- Demonstração de Resultado do Exercício;
- Assinado digitalmente pelo contador e representante legal da empresa;
- Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário;
- Recibo emitido pelo sistema público.

Ocorre que, no caso em apreço, o balanço patrimonial apresentado não possui assinatura do representante legal, ou seja, não atende aos requisitos mínimos necessários para que o preencha às exigências habilitatórias, não só deste, como de qualquer outro procedimento licitatório que porventura venha a ocorrer.

Ainda que em cláusula 9.16.2.1 do Edital haja a ressalva de que o balanço patrimonial não será exigido em se tratando de produtos de pronta entrega, este não é o caso aqui tratado, tendo em vista que a denominação “pronta entrega” diz respeito a compra entregue imediatamente após ao momento em que é realizada a compra do produto.

Neste caso, o próprio edital preconiza que serão realizados pedidos conforme a demanda da instituição durante o período de 12 (doze) meses, sendo mais um motivo para que os licitantes garantam ao órgão público a saúde financeira da instituição através da apresentação de balanço patrimonial na forma da lei, uma vez que precisarão garantir a prestação de serviços para com o órgão demandante durante o prazo estabelecido.

O Edital de licitação fica publicado durante um período justamente para que os fornecedores se adequem às exigências dos órgãos, sendo este tempo considerado suficiente para que todas as atualizações, solicitações e providências sejam tomadas por todos, como foram tomadas pela empresa aqui Recorrente.

E ainda, Sr. Pregoeiro, a declaração da empresa LICITAPREMIUM SERVICOS E COMERCIO LTDA, CNPJ/CPF: 07.147.983/0001-32 como vencedora do item em apreço certamente iria ferir um dos princípios norteadores dos processos licitatórios, qual seja, o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, disposto no Art. 3º da Lei 8.666 de 1993:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

O Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório também pode ser observado no Art. 41 da mesma lei supra. Veja-se:

Art. 41. A administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Conclui-se, pois, que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, pois, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital ou instrumento congênere.

Caso não haja a observância aos ditames desses preceitos relevantes, a validade do processo de licitação fica comprometida, tornando-o vulnerável à sua desconstituição por razões de juridicidade pela autoridade administrativa ou judicial competente.

Ou seja, após terem sido estabelecidas as exigências do edital, apenas os fornecedores que a elas se adequem por completo podem ser habilitadas, classificadas, apreciadas e terem a chance de se sagrar vencedoras.

No mesmo diapasão tem-se mais uma lição de Hely Lopes Meirelles :

“Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital o modo e a forma de participação dos licitantes, bem como as condições para a elaboração das ofertas, e, no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento ou no contrato, se afastasse do estabelecido e admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes quanto a Administração que o expediu.”

Vale ressaltar que o critério de menor preço adotado não supera a exigência de vinculação ao edital das propostas apresentadas, motivo pelo qual apenas as propostas de menor preço nas quais as empresas estejam legalmente habilitadas a participação do certame é que podem merecer apreciação no certame com vistas a concorrerem à vitória no mesmo.

E ainda, há de se ressaltar que esta declaração configura também ferimento ao Princípio da Isonomia, tendo em vista que a comissão de licitação deverá dispensar tratamento igualitário a todos os concorrentes, sendo vedadas preferências, distinções e consequentemente a aceitação de documentos apresentados em desconformidade com o Edital e com a legislação pátria, como foi o caso aqui apresentado.

Por todo o exposto, a empresa ora Recorrente vem requerer:

- 1) que sejam conhecidas as presentes Razões de Recurso e declaradas totalmente procedentes;
- 2) seja declarada nula ou revogada a decisão que houve por bem declarar a empresa LICITAPREMIUM SERVICOS E COMERCIO LTDA, CNPJ/CPF: 07.147.983/0001-32 como vencedora do presente certame, sob a alegação de que seu produto não atende as exigências do Edital;
- 3) Caso prospere outro entendimento por parte deste Ilmo. Pregoeiro, requer seja o presente encaminhado à apreciação da autoridade superior do órgão licitante, para que, em última análise, decida sobre seu mérito, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei Federal nº 8666/93.
- 4) Sejam providas, em todos os seus termos, as presentes razões de recurso, e por isso mesmo atendidos os seus pedidos, como forma de imposição e prevalência da lei, da doutrina e dos princípios da moralidade administrativa, a publicidade, a legalidade e a ampla defesa.

Termos em que, pede e espera deferimento.

São Mateus - ES, 07 de maio de 2022.

ROSILANE DA CONSOLAÇÃO ASSIS MORAIS
Representante Legal – Sucesso Comércio e Serviços LTDA

Voltar